



Estado do Pará
Poder Legislativo
Câmara Municipal de Alenquer
CNPJ/MF Nº 10.219.285/0001-00

**PAUTA DA 58ª SESSÃO ORDINÁRIA, DA 19ª LEGISLATURA DA CÂMARA MUNICIPAL,
REALIZADA NO 3º PERÍODO LEGISLATIVO EM 09 DE MARÇO DE 2022.**

- 1. Ata da Sessão Ordinária do dia 22 de fevereiro de 2022.**
- 2. Projeto de Lei nº001/2022**, do Poder Executivo, que “Doa terreno na municipalidade à 26ª Companhia Independente de Polícia Militar, para a construção de um prédio em Alenquer, neste município de Alenquer”, para leitura, análise e parecer;
- 3. Requerimento nº01/2022**, de autoria do Vereador Neto Piloto – DEM, que requer do Executivo Municipal a reforma da Escola Municipal localizada na Comunidade Bom Vento, assim como, a construção da estrutura da caixa d’água, em concreto, e aquisição de uma bomba d’água para o poço da referida escola, para leitura, discussão e votação.
- 4. Requerimento nº01/2022**, de autoria do Vereador Pedro Berengo – MDB, que requer do Executivo Municipal serviços de reparos e manutenção na iluminação pública na Região do Curumu, para leitura, discussão e votação.
- 5. Parecer Conjunto nº01/2022**, da Comissão Permanente de Justiça e de Finanças, que opinam sobre o **Projeto de Lei nº005/2022**, do Poder Executivo, que “Dispõe sobre Abertura de Crédito Especial, e dá outras providências”, para leitura, discussão e votação;
- 6. Emenda Aditiva nº01/2022**, ao Projeto de Lei nº 005/2022, para leitura, discussão e votação;
- 7. Projeto de Lei nº005/2022**, do Poder Executivo, que “Dispõe sobre Abertura de Crédito Especial, e dá outras providências”, para discussão e votação;
- 8. Parecer Conjunto nº02/2022**, das Comissões Permanentes de Justiça e de Finanças, que opinam sobre o **Projeto de Lei nº006/2022**, do Poder Executivo, que “Dispõe sobre o reajuste do valor do piso salarial nacional para os profissionais do Magistério público da Educação Básica ao vencimento-base percebido pelo profissional do Magistério Municipal”, para leitura, discussão e votação;
- 9. Projeto de Lei nº006/2022**, do Poder Executivo, que “Dispõe sobre o reajuste do valor do piso salarial nacional para os profissionais do Magistério público da Educação Básica ao vencimento-base percebido pelo profissional do Magistério Municipal”, para discussão e votação;